

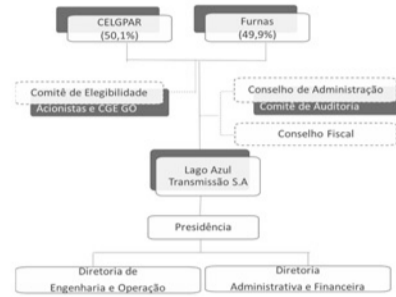


LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.  
CNPJ: 19.698.987/0001-98  
CAPITAL FECHADO  
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: No ano de 2021 a Lago Azul Transmissão S.A., sociedade de economia mista, seguiu primando pela excelência na prestação dos serviços, objeto do Contrato de Concessão 03/2014, na consecução de seus objetivos estratégicos, eficiência operacional e financeira, garantindo retorno aos acionistas, ao tempo que também priorizou a segurança das pessoas, especialmente em razão da continuidade da pandemia de Covid-19. A LAZ encerrou o ano com disponibilidade de 99,996% dos ativos, enquanto a média de disponibilidade nacional das linhas de transmissão em 230 kv, conforme indicadores apurados pelo Operador Nacional do Sistema, foi de 99,28% (1-Relatório ONS disponível em: https://sintegre.ons.org.br/sites/2/21/\_layouts/15/WopiFrame.aspx?sourceid={835DC78A-F987-4CFC-88D5-266B9E43226D}&file=DISPF%20Transmiss%C3%A3o%202021-12.xlsx&action=default), tendo registrado apenas um evento curtosimo de desligamento. Ainda em termos operacionais destacamos os avanços na aquisição de sobressalentes e refazimento das medições de aterramento de pé de torres, confirmando a qualidade de desempenho dos equipamentos e da linha de transmissão após 5 anos de operação. A LAZ distribuiu aos seus acionistas R\$ 2,964 milhões no ano de 2021, o que representa mais de 60% da Receita Anual Permitida. Também manteve a elevação da rentabilidade, registrando 77,3% da Receita Operacional Líquida e 13,6% do Patrimônio Líquido. Ressalta-se que a Receita Operacional contempla os efeitos do Comunicado CVM de 2020, em que instruiu premissas para apuração do ativo de contrato, neste sentido os resultados também seguem repercutindo os efeitos da metodologia aplicada. Destacamos que em dezembro de 2021 a LAZ concluiu o processo de Transferência das Ações, então detidas pela CELG T, para a CELGP, nos termos do Despacho Nº 2.869/2021-ANEEL. A LAZ poderá ser impactada tanto pelo processo de cisão da Celg GT com mudança de controlador da CELG T quanto pela desestatização da Eletrobras, nos termos da Lei 14.182/2021. Para 2022 são esperados impactos nos custos e contratações referentes aos serviços de operação e manutenção da entrada de linha de subestação de Itapaci e na linha de transmissão, em função da alteração do controle da CELG T, bem como aumento do preço na prestação dos serviços por Furnas na SE Barro Alto, nos termos do contrato formalizado em 2021. Ressaltamos que independentemente das alterações mencionadas, mantemos expectativa de continuidade da qualidade e bom desempenho operacional. Antonio Dirceu Guimarães Machado-Diretor-Presidente e Diretor de Engenharia e Operação; Joicymar Oliveira Lopes Vieira-Diretora Administrativa e Financeira. 2. PERFIL E NEGÓCIO DA LAGO AZUL: A Lago Azul atua no segmento de transmissão de energia elétrica com o propósito específico de operar e manter as instalações de transmissão decorrentes do Contrato de Concessão - ANEEL 03/2014, cujo objeto contempla a implantação, operação e manutenção do segundo circuito da Linha de Transmissão de Barro Alto a Itapaci (em 230kV), que possui aproximadamente 69km, respectivas entradas de linha, barramentos e demais instalações vinculadas. A Lago Azul teve início através da constituição do consórcio composto por CELG GT (50,1%) e Furnas (49,9%), com vistas à participação no Leilão de Transmissão 07/2013 promovido pela ANEEL, especificamente para concorrer ao Lote D, tendo então sagrado vencedor e, conforme compromisso estabelecido em edital, foi constituída a SPE para a execução do Contrato de Concessão 03/2014 com a mesma composição societária, a qual perdurou até dezembro/2021. A holding Companhia Celg de Participações S.A.-CELGP, acionista majoritária da CELG GT promoveu no ano de 2021 uma reestruturação envolvendo, dentre outros a cisão de ativos da subsidiária CELG GT, de forma que os ativos de geração e participações em sociedades foram transferidos para a holding CELGP, conforme deliberado na 58ª Assembleia Geral Extraordinária da CELGP e na 110ª Assembleia Geral Extraordinária da CELG GT, ambas de 09 de julho de 2021. O impacto da cisão para a Lago Azul, ou seja, transferência das ações da CELG GT para a CELGP, es-

tavam devidamente amparadas pelo Acordo de Acionistas, contudo, considerando que se tratava de alteração de controle da Concessão, em consonância com a Resolução Normativa nº 484/2017 - ANEEL, foi requerida anuência prévia para concretização da operação. A referida anuência foi concedida através do Despacho Nº 2.869 publicado em 17 de setembro de 2021. Em atendimento às determinações do Despacho ANEEL, no prazo então estabelecido, em 27 de dezembro de 2021 a LAZ concluiu o processo de transferência das ações com o devido assentamento das transferências no Livro de Registro de Ações Nominativas e no Livro de Transferência de Ações. Após comunicação dos referidos atos a ANEEL foi formalmente informada e providenciou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o qual se encontra em processo de formalização. Neste sentido, a LAZ, sociedade de economia mista, continua submetida aos normativos sobre governança preconizados na Lei 13.303/2016. Vide a seguir organograma contemplando estrutura societária da Companhia:



A Companhia observa Código de Conduta e Integridade dos acionistas. Tem aprovado em seus conselhos planos de longo prazo e plano de negócios, considerando oportunidades e riscos, conforme requerido pela referida lei. Destaca-se que a partir de 2022 o orçamento de investimentos da LAZ passará a integrar o orçamento do Estado de Goiás. Além disso a companhia passou a constar do processo de Ouvidoria integrada do Estado e, deverá atender aos critérios da Lei da Transparência de acordo com padrões do Estado de Goiás. 3. INVESTIMENTOS: A Lago Azul realizou seus principais investimentos durante a fase de implantação do empreendimento. Em 2021 atuou na elaboração dos instrumentos necessários para aquisição de sobressalentes, tendo fechado alguns contratos, dentre eles o de aquisição de cabos. Em 2022 devem ser adquiridos os demais itens constantes do mapeamento realizado em conjunto com acionistas, cuja previsão é da ordem de R\$ 1,6 milhões. 4. CENÁRIO ECONÔMICO E SETORIAL: Observou-se no ano de 2021 crescimento econômico, estimado em 4,5% (Boletim Focus 07.01.2022), elevação da inflação, passando para a casa de dois dígitos, 10,18%, mais que o dobro da registrada em 2020, 4,5%. A variação da inflação impacta tanto nas receitas da companhia, uma vez que a Receita Anual Permitida (RAP) é atualizada pelo IPCA, como na estrutura de custos, também indexados ao mesmo índice. Ainda em termos macroeconômicos em 2021 se observou uma das menores taxas de juros nacionais, tendo iniciado o ano com meta anual de 2%. Contudo, com a deterioração de vários fatores macroeconômicos, o Comitê de Política Monetária passou a elevar a taxa de juros a partir de março/2021, encerrando o ano com a Selic em 9,25%. A Selic impacta tanto as aplicações financeiras da companhia

quanto custo de crédito. Em termos de adimplência o segmento de Transmissão praticamente passou incólume pela pandemia, mesmo com taxa de desemprego ainda elevada em 2021, da ordem de 14,46% no início do ano. Por outro lado, a desvalorização cambial do real frente ao dólar, e as alterações das cotações internacionais dos metais, impactaram consideravelmente os preços de equipamentos e outras matérias primas empregadas nas estruturas e sistema de transmissão. 5. DESEMPENHO OPERACIONAL: A Lago Azul tem como um de seus objetivos estratégicos o bom desempenho na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica com a maximização da disponibilidade de suas instalações ao Sistema Interligado Nacional-SIN. Como demonstrado no gráfico abaixo a disponibilidade em 2021 foi de 100% durante 11 meses e 99,99552% em julho/2021:



6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO: Em linhas gerais, a empresa continua com bom desempenho econômico financeiro, registrando Lucro Líquido em 2021 da ordem de R\$ 6,75 milhões, frente a R\$ 3,46 (2020 Reapresentado), o que decorre principalmente do aumento das Receitas Operacionais Líquidas, na medida que saltou de R\$ 5,35 milhões em 2020 (Revisado) para R\$ 8,83 milhões em 2021 repercutindo ainda os efeitos do Comunicado CVM de 2020 em relação a Ativo de Contrato. Em termos operacionais, verifica-se um aumento de 11,9% nos custos relativos a operação e manutenção e demais despesas operacionais, passando de R\$ 1,79 milhões em 2020 (Reapresentado) para R\$ 2,00 milhões em 2021. Tal elevação decorre tanto dos impactos da inflação (10,1%), quanto do aumento efetivo de alguns componentes, como por exemplo, o contrato de CPSON com Furnas. Já em termos de resultado financeiro, houve um ligeiro aumento. Passou de R\$ 80 mil (2020) para R\$ 100 mil (2021), impactado principalmente pela redução das despesas financeiras, que em 2020 foi de 56 (mil) contra 4 (mil) em 2021. Em linhas gerais, a companhia continua sem endividamento, com crescimento regular da receita, sofrendo impactos de alterações de critérios contábeis e os dispêndios operacionais equilibrados. Segue síntese dos principais números da LAGO AZUL:

2019

	2014	2015	2016	2017	2018	Reap. 2020	2021
ROL (R\$ MIL)	2.096	15.853	18.541	9.307	6.905	4.442	5.351
EBITDA (R\$ MIL)	-374	245	2.850	3.827	5.447	2.516	5.563
Lucro Líq. (R\$ MIL)	-284	459	2.098	3.934	5.381	2.546	3.459
Margem Líquida (R\$ MIL)	-13,5%	2,9%	11,3%	42,3%	77,9%	57,3%	64,6%
Endividamento (R\$ MIL)	0	0	0	0	0	0	0
Capital Circulante Líq.-CCL	1.866	-281	6.460	4.421	5.348	4.899	3.230
Liquidez Corrente - LC	40,49	0,94	5,44	1,90	2,37	1,98	1,71

Balço patrimonial em 31/12/21 e 2020 (em MR\$)		Notas	31/12/21	31/12/20
<b>ATIVO</b>	<b>54.669</b>		<b>51.252</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>7.362</b>		<b>7.806</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.391	3.363	
Concessionárias e permissórias		411	446	
Impostos a recuperar	5	180	124	
Ativo de contrato	6	4.354	3.854	
Outros ativos circulantes		26	19	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>47.307</b>		<b>43.446</b>	
Ativo de contrato	6	47.276	43.442	
Imobilizado líquido		19	4	
Intangível		12	-	
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>54.669</b>		<b>51.252</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.801</b>		<b>4.576</b>	
Fornecedores	7	885	1.283	
Salários e encargos		122	106	
Obrigações fiscais		84	109	
Dividendos a pagar	9	1.604	2.964	
Encargos setoriais		100	86	
Outros passivos circulantes		6	28	
<b>NÃO CIRCULANTE: Impostos diferidos</b>	<b>8</b>	<b>1.755</b>	<b>1.712</b>	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>50.113</b>		<b>44.964</b>	
Capital social		35.156	35.156	
Reserva legal		1.254	916	
Reserva de retenção de lucros		13.703	8.992	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/21 e 2020 (em MR\$)		Reservas de Lucros			
		Re-	Reten-	Lucros/	
		Capital	ção de	Prej. ac-	Total
		Legal	de	mulados	
		Lucros	Prejuízos		
		Sociais	Acumulados		
<b>Saldo em 31/12/19 (reapresentado)</b>		<b>35.156</b>	<b>742</b>	<b>10.470</b>	<b>- 46.368</b>
Distrib. de dividendos adicionais propostos		-	-	(4.043)	(4.043)
Lucro líquido do exercício		-	-	3.459	3.459
Constituição da reserva Legal		-	174	-	(174)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(820)	(820)
Reserva de retenção de lucro		-	-	2.465	(2.465)
<b>Saldo em 31/12/20</b>		<b>35.156</b>	<b>916</b>	<b>8.892</b>	<b>- 44.964</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	6.753	6.753
Constituição da reserva Legal		-	338	-	(338)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.604)	(1.604)
Reserva de retenção de lucro		-	-	4.811	(4.811)
<b>Saldo em 31/12/21</b>		<b>35.156</b>	<b>1.254</b>	<b>13.703</b>	<b>- 50.113</b>

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/21 e 2020 (em MR\$)		31/12/21		31/12/20	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>6.925</b>	<b>3.641</b>		
Lucro antes do IR e da C.S.					
<b>Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa</b>		<b>(8.688)</b>	<b>(5.362)</b>		
Rendimentos sobre ativo de contrato		5	(7)		
Atualização financeira de impostos a recuperar		4	2		
Depreciação e amortização		(1.754)	(1.726)		

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/21 e 2020 (em MR\$)		Notas	31/12/21	31/12/20
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>10</b>	<b>8.828</b>	<b>5.351</b>
Custos de operação e manutenção		11	(670)	(463)
Custos Operacionais		11	(324)	(230)
<b>LUCRO BRUTO</b>			<b>7.834</b>	<b>4.658</b>
Despesas operacionais		12	(1.009)	(1.111)
Outras receitas e despesas			-	14
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>			<b>6.825</b>	<b>3.561</b>
Receitas financeiras			104	136
Despesas financeiras			(4)	(56)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>13</b>	<b>100</b>	<b>80</b>
<b>LUCRO ANTES DO IR E DA C.S.</b>			<b>6.925</b>	<b>3.641</b>
IR e C.S. correntes		14	(128)	(168)
IR e C.S. diferidos		14	(44)	(14)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			<b>6.753</b>	<b>3.459</b>

Demonstração dos resultados abrangentes em 31/12/21 e 2020 (em MR\$)		31/12/21		31/12/20	
Lucro líquido do exercício		6.753	3.459		
Outros resultados abrangentes		-	-		
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<b>6.753</b>	<b>3.459</b>		

Notas Explicativas em 31/12/2021 e 2020 (em milhares de reais)

1 Informações gerais: A Lago Azul Transmissão S.A. (Cia.), sociedade privada de capital fechado, foi constituída em 09/12/13 e está estabelecida na Rua do Carmo nº 6, 9º pavimento, salas 909 a 912, Centro, RJ - RJ, CEP: 20.011-020. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Cia. assinou o Contrato de Concessão nº 03/14 da ANEEL, com prazo estimado de entrada em operação em 30 meses a partir da assinatura com o prazo de concessão de 30 anos. 1.1 Da concessão: A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/13, realizado pela ANEEL em 14/11/13. O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás: - LT 230 KV Barro Alto - Itapaci, C2 (69 km). As instalações de transmissão são compostas pela: • Linha de Transmissão Barro Alto - Itapaci, em 230 kv, circuito simples, segundo circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci. • Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Em 19/09/16, a Cia. entrou em operação passando a receber a RAP integralmente. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050 (Três milhões e cinquenta mil reais), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês/07/cada ano, e passará por revisão tarifária a cada cinco anos, nos termos do contrato de concessão. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo/07/21 a junho de 2022, é de R\$ 4.705, conforme Resolução Homologatória nº 2895, de 13/06/21. 1.2 Efeitos da pandemia do COVID-19: Desde março de 2020, foi declarada pela OMS a pandemia global referente ao novo Coronavírus (COVID-19). A Cia. vem adotando as medidas necessárias para manter a normalidade de suas operações, ao tempo que segue as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus colaboradores, evitando a propagação da doença. Em termos financeiros e técnicos, considerando o histórico, a Lago Azul não registrou impactos significativos em decorrência da referida pandemia. 2 Elaboração e apresentação das principais práticas contábeis: As DFs, da Cia., referentes ao exercício findo em 31/12/21, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das S.A. e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo CPC. A Cia. adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estão em vigor em 31/12/21. As DFs, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As DFs, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas DFs, foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DFs.. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas DFs., devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimati-

vas pelo menos anualmente. As DFs, da Cia. apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 21/01/22. a) Moeda funcional: As DFs, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) Base de preparação e mensuração: As DFs, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos na data do fechamento do balanço, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas DFs, foram adotadas de modo consistente com as DFs, do exercício findo em 31/12/20, e estão descritas a seguir: 2.1 Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. 2.2 Receita operacional: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. 2.2.1 Receita de concessão: a) Receita de operação e manutenção: As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos termos do contrato de concessão destinados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão e sujeito à revisão tarifária. b) Receita de remuneração dos ativos de concessão: A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). 2.2.2 Receita de juros: A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Cia. e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. 2.3 Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cia. se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. a) Ativos financeiros não derivativos: Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cia. são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro indenizável. b) Passivos financeiros não derivativos: Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Cia. são: fornecedores e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são

mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 3 Principais políticas contábeis: A Cia. aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs.. 3.1. Apuração do resultado: É apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. 3.2. Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. 3.3. Concessionários e permissórias: Destinam-se à contabilização dos valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de crédito (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. 3.4. Ativo de contrato: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. Ativo de contrato: Com a entrada em vigor em 1º/01/18 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo de contrato". O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Cia. opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo de contrato das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Esses recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º/01/18 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo de contrato, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do PIS e da COFINS, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. 3.5. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor



**LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.**

CNPJ: 19.698.987/0001-98  
CAPITAL FECHADO

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Cia. e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos 12 meses. **3.6. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Cia. prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Cia. registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. **3.7. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.8. Receita e custo de construção:** Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Cia. utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. **3.9. Receita de remuneração do ativo de contrato:** Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.10. Receita de operação e manutenção:** Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas. **3.12. Tributação e encargos regulatórios:** Em 2021, a Cia. manteve a opção pela tributação pelo lucro presumido, cuja base de cálculo do IR e da C.S. é calculada por meio da aplicação do percentual de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, sobre os ganhos de capital e demais receitas. Conforme facultado pela legislação tributária, a Cia. optou pela tributação pelo lucro presumido. Sendo assim, o IR e da C.S., calculados por meio da aplicação do percentual sobre o faturamento líquido efetivamente recebido ajustado pelo fator de presunção de 8% e 12% respectivamente para IR e C.S. somados com as receitas financeiras. Os percentuais de presunção estão em consonância com o disposto no item 44 da Nota Técnica n° 75/SER/ANEEL e acompanham os critérios adotados por inúmeras empresas do ramo de transmissão. O IR é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A C.S. sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Além do IR e da C.S., a receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • COFINS e PIS à alíquota de 3,65%. • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixada pelos Despachos emitidos pela ANEEL. • As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei 9.991/00 e Resolução Normativa Anel nº 504/12. Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de LP e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às DFs, tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa:** Foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **3.15. Demonstrações do valor adicionado:** Foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo CPC. **3.16. Informações por segmento:** A Cia. não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento. **3.17. Instrumentos financeiros:** A Cia. aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º/01/18, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) **Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º/01/18 a Cia. passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Cia. não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Cia. em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.18. Arrendamentos:** A Cia. avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Cia. aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Cia. reconhece o passivo de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativo de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Cia. reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamentos. O custo dos ativos de direito de uso

inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Cia. ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Cia. reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Cia. usa sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Cia. avaliou e não identificou itens que se enquadram no CPC 16, assim, não há efeitos a serem divulgados nas DFs.. **3.19. Normas e interpretações novas e revisadas:** As normas e interpretações novas, alterações e emitidas, ou que ainda não estejam em vigor até a data de emissão destas DFs., estão descritas a seguir. A Cia. pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor. a) Revisadas e vigentes: • CPC 06 (R2) - Arrendamentos; • CPC 11 - Contratos de Seguro; • CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; • CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; • CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Os CPCs revisados e vigentes estabelecem alterações em decorrência do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2". Para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a Cia. deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após 1º/01/21. Para o caso do CPC 06 (R2), especificamente, a revisão refere-se a Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30/06/21. A Cia. avaliou as alterações e não identificou impacto significativo sobre as DFs. de 31/12/21. b) Revisadas e não vigentes: • CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • CPC 27 - Ativo Imobilizado; • CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Os CPCs revisados estabelecem alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado - vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual. Para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a Cia. deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após 1º/01/22. Não é esperado que essas alterações tenham impacto significativo sobre as DFs. da Cia. **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/21	31/12/20
Caixa e bancos - conta movimento	287	667
Aplicações financeiras - BB CP Corp 400Mil	2.104	2.696
<b>Total</b>	<b>2.391</b>	<b>3.363</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/12/21, a aplicação financeira referente à RF CP Empresa Ágil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses, à taxa de 3,80%. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado. **5 Impostos a recuperar:** Em 31/12/21, o valor de R\$ 180 (R\$ 124, em 31/12/20), classificado como imposto a recuperar, é referente ao IR retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras, e aos tributos retidos sobre faturamentos, adicionados à correção monetária pela taxa Selic atualizada mensalmente. Estes valores serão compensados com os impostos apurados mensalmente e no encerramento do exercício. **6 Ativos de contrato:** As concessões de transmissão da Cia. são classificadas como ativos contratuais. As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas: • Receita RAP estipulada no contrato de concessão; • Curva de investimento previsto indexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão; • Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado e realizado (6,66%); • Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Cia. para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato impactam na formação do ativo de contrato. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo. • Parcela variável como critério de risco utilizando o previsto no Plano de Negócio. • As principais premissas foram estabelecidas substancialmente considerando: • TIR implícita - Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado e realizado. • Margens - As precificações das margens são obtidas a partir da rentabilidade mínima esperada pela Cia. acrescida de risco de ineficiência na margem de construção e risco de penalidade variável na margem de operação e manutenção. • Receitas anuais permitidas conforme previsão de cada contrato de concessão. • Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. A movimentação destes ativos no exercício findo em 31/12/21 é como se segue:

	31/12/21	31/12/20
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)</b>	<b>45.939</b>	
Atualizações - Receita financeira	1.967	
Receita financeira contratual	3.282	
Ajuste de mensuração	111	
Recebimentos	(4.003)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>47.296</b>	
Receita financeira contratual	8.688	
Recebimentos	(4.354)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>51.630</b>	
Ativo Circulante	4.354	
Ativo Não Circulante	47.276	
<b>Realização contratual</b>		
Ativo de Contrato - RAP	51.257	
Ativo de contrato - Indenização	373	
<b>Total</b>	<b>51.630</b>	

Al longo da operação da concessão o ativo contratual é realizado por dois fluxos de caixa, (i) pelo recebimento de RAP para a parcela que será amortizada até o término da concessão e (ii) mediante indenização após a reversão da infraestrutura não amortizada ao Poder Concedente. **7 Fornecedores**

	31/12/21	31/12/20
Furnas Centrais Elétricas S.A.	36	2
Centrais Elétricas de Goiás - Celg GT	35	7
Sae Towers (a)	350	407
Fornecedores diversos	5	-
Provisão para aquisições	459	867
	<b>885</b>	<b>1.283</b>

(a) O valor ainda devido à SAE Towers refere-se a pleito de ressarcimento de custos de fornecimentos de bens e serviços adicionais relacionados à execução do Contrato nº 001/14, cujo objeto consistiu no fornecimento de bens e implantação da LT 230 kv Barro Alto-Itapaci (C2), com 69,393 km de extensão. As negociações em torno do valor do pleito, bem como a solução, por parte da SAE Towers, de pendências não impeditivas à operação das instalações da LAZ, estão em fase final. **8 Impostos diferidos**

Descrição	31/12/21	31/12/20
IR diferido passivo	1.094	1.070
CSLL diferida passiva	661	642
	<b>1.755</b>	<b>1.712</b>

A base de cálculo dos tributos diferidos e os efeitos contabilizados no resultado da Cia., estão demonstrados de forma complementar na NE nº 14. **9 Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31/12/21, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil) ações ON subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela Cia. CELG DE PARTICIPAÇÕES S.A. e FURNAS CENTRAIS ELÉTRICA S.A., na proporção de 50,10%, e 49,90%, respectivamente. Nos termos da Ata da 7ª AGO e 12ª AGE realizada em 27/04/21, restou deliberado o pagamento de dividendos em duas parcelas, a primeira no valor R\$ 1.297.000,00 (um milhão, duzentos e noventa e sete mil reais) até junho de 2021 e o restante, R\$ 1.666.806,30 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e seis reais e trinta centavos), até dezembro de 2021. O capital social subscrito da Cia. está composto da seguinte forma:

	31/12/21	31/12/20
Cia. Celg de Participações S.A.	17.613	50,10%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	17.543	49,90%
<b>Total</b>	<b>35.156</b>	<b>100%</b>

Nos termos do Despacho nº 2.869 de 14/09/21, a ANEEL anuiu à transferência de controle societário da empresa Lago Azul Transmissão S.A., que passou a ser detida pela Cia. Celg de Participações. Em 14.10.2021 a Cia. Celg de Participações - CELGPAR emitiu comunicado ao Mercado o resultado do leilão ocorrido na mesma data, realizado

na forma do Edital CELGPAR nº 002/21 ("Edital"), para alienação de 100% das ações de sua propriedade na Celg Transmissão S.A. - Celg T ("CELG T"). Reitera-se ainda o Fato Relevante divulgado pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A, acionista controladora de Furnas, informando a publicação da Lei 14.182/21, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobrás. a) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das S.A.. b) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do Art. 202 da Lei das S.A.. Em 31/12/21, foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$1.604, conforme demonstrado abaixo:

Lucro líquido do exercício	6.753
Reserva legal 5%	338
<b>Base de dividendos mínimos</b>	<b>6.415</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	1.604

Adicionalmente, a Cia. pagou os dividendos nas seguintes datas: • Dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019: R\$ 326 em 29/09/20, representando R\$ 0,0093 para cada ação; • Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 4.043 em 29/09/20, representando R\$ 0,1150 para cada ação; • Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, no valor de R\$ 820 e de dividendos adicionais relativos a lucros de exercícios anteriores de R\$ 2.144, em 08/06/21 e 30/11/21, representando R\$ 0,0843 para cada ação.

	31/12/21	31/12/20
<b>10 Receita operacional líquida</b>		
<b>Receita Operacional Bruta</b>		
Rendimentos sobre ativo de contrato	8.688	5.361
Receita de O&M	375	447
<b>Deduções da Receita Bruta</b>		
Pis	(31)	(71)
Cofins	(142)	(327)
Encargos Setoriais	(62)	(59)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>8.828</b>	<b>5.351</b>
<b>11 Custos operacionais</b>		
<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>	
Operação e Manutenção	(670)	(463)
Pessoal	(21)	(3)
Materiais	-	(22)
Serviços de terceiros	(293)	(178)
Aluguéis	-	(9)
Doações, Contribuições e Subvenções	(9)	(18)
Tributos	(1)	-
	(994)	(690)
<b>12 Despesas operacionais</b>		
<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>	
Pessoal	(805)	(824)
Serviços de terceiros	(116)	(184)
Tributos	(46)	(69)
Arrendamentos e aluguéis	(38)	(32)
Depreciação	(4)	(2)
	(1.009)	(1.111)
<b>13 Resultado financeiro</b>		
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>	
Receitas de aplicações financeiras	98	127
Variações monetárias	6	7
Outras	-	2
	(4)	(56)
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Juros e multas	(1)	(8)
Variações monetárias	(3)	(47)
Outras despesas financeiras	-	(1)
	(4)	(56)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>100</b>	<b>80</b>

**14 IR e C.S.:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IR e C.S. debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/21	31/12/20		
<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	
4.641	4.641	4.422	4.422	
8%	12%	8%	12%	
<b>Base de presunção</b>	<b>371</b>	<b>557</b>	<b>534</b>	
Receitas financeiras	104	104	136	
<b>Base de cálculo do IRPJ e CSLL</b>	<b>475</b>	<b>661</b>	<b>697</b>	
Alíquotas utilizadas na apuração	25%	9%	25%	9%
	(95)	(59)	116	60
Ajuste	20	6	(8)	-
<b>IR e C.S. correntes</b>	<b>(75)</b>	<b>(53)</b>	<b>108</b>	<b>60</b>
	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>		
<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	
8.688	8.688	5.361	5.361	
8%	12%	8%	12%	
<b>Base de presunção</b>	<b>695</b>	<b>1.043</b>	<b>429</b>	<b>643</b>
Alíquotas utilizadas na apuração	25%	9%	25%	9%
	(150)	(94)	(83)	(58)

Impostos diferidos

Amortização do IR e C.S. diferidos	126	74	76	51
<b>IR e C.S. diferidos</b>	<b>(24)</b>	<b>(20)</b>	<b>(7)</b>	<b>(7)</b>
<b>Efeito no resultado</b>	<b>(99)</b>	<b>(73)</b>	<b>(115)</b>	<b>(67)</b>

A Cia. optou pela tributação pelo lucro presumido a partir do exercício de 2017. Sendo assim, o IR e C.S., calculados por meio da aplicação do percentual sobre o faturamento líquido efetivamente recebido, é ajustado pelo fator de presunção de 8% e 12% respectivamente, somados com a receita financeira. Os percentuais de presunção estão em consonância com o disposto no item 44 da Nota Técnica nº 75/SRE/ANEEL e acompanham os critérios adotados por inúmeras empresas do ramo de transmissão. No entanto, com o advento da Lei 12.973/14, que entrou em vigência em 1º/01/15, emergiu uma discussão referente ao conceito que trata a Lei 9.249/1995, Art. 15, visto que para prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, a alíquota de presunção seria de 32% para o cômputo dos referidos impostos. A Cia. recebeu no dia 03/05/21, Termo de Intimação Fiscal, nº 0120100.2021.00107, emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, para prestar esclarecimentos sobre o motivo da utilização dos percentuais de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL, nos exercícios de 2017 e 2018. No dia 10/08/21, recebeu outro Termo de Ciência e Intimação Fiscal, solicitando esclarecimentos também sobre o exercício de 2019. A Cia. entrou com recurso, datado de 02/09/21, solicitando que seja assegurado o direito de a Lago Azul aplicar os percentuais de presunção de 8% e 12% sobre as suas receitas decorrentes de contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para fins de determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, respectivamente. O recurso encontra-se ainda em análise pela RFB, sendo que o último Termo de Ciência da Continuidade do Procedimento Fiscal é de 06/01/22, e não houve nenhuma outra atualização até o momento. **15. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras Cias. ligadas aos mesmos acionistas e membros do pessoal-chave da Administração, as transações são realizadas e mensuradas nas mesmas condições de mercado conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1). As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritas a seguir: **15.1 Remuneração de administradores:** Em 31/12/21, a remuneração dos Administradores foi de R\$ 75 (R\$ 85 em 31/12/20). **15.2 Operações comerciais:**

	Natureza da operação	31/12/21	31/12/20
<b>Ativo</b>		<b>10</b>	<b>15</b>
Furnas Centrais Elétricas	Contas a receber	10	9
Celg Geração e Transmissão S.A.	Contas a receber	-	6
<b>Passivo</b>		<b>(71)</b>	<b>(160)</b>
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(28)	(158)
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(8)	-
Celg Geração e Transmissão S.A.	O&M	(27)	-
Celg Geração e Transmissão S.A.	CCI	(8)	(2)
<b>Resultado</b>		<b>116</b>	<b>177</b>
Furnas Centrais Elétricas	Receita de transmissão	116	115
Celg Geração e Transmissão S.A.	Receita de transmissão	-	62
<b>Custo/despesa</b>		<b>(757)</b>	<b>(767)</b>
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(183)	(298)
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(89)	(84)
Celg Geração e Transmissão S.A.	O&M	(389)	(300)
Celg Geração e Transmissão S.A.	CCI	(96)	(85)

**16 Instrumentos financeiros: 16.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

	31/12/21	31/12/20
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.391	2.391
Con		



**LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.**

CNPJ: 19.698.987/0001-98  
CAPITAL FECHADO

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

para ativos e passivos e idênticos. - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Cia. a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. **Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Cia. define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **16.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Cia. são realizadas priorizando estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas, em consonância com o rigor requerido às empresas públicas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: **a) Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados

pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b) Riscos ambientais:** As instalações da Lago Azul, constituídas pela linha de transmissão e pelos módulos de entrada de linha nas subestações terminais, não dispõem de equipamentos de transformação ou compensação, encontra-se em fase de operação comercial. Por essa razão e pelas suas características os níveis de impacto ao meio ambiente são muito baixos, levando a que o potencial para passivos contingentes/obrigações referentes a custos ambientais e de limpeza/despoluição seja praticamente nulo. **c) Riscos Operacionais:** São aqueles inerentes à própria execução do negócio da Cia. e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Cia. ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. (i) Risco técnico - A infraestrutura da Cia. é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Cia. pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. (ii) Riscos regulatórios - A Cia. está sujeita a

extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. (iii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - Caso a Cia., por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP. **17 Seguros (não auditados):** A política de seguros da Cia., no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa, está em reavaliação. Ressaltamos que a Cia. vem acionando o mercado para contratação de seguro de risco operacional desde dezembro/20, porém, dado o pequeno volume a ser segurado, proporcional ao tamanho do ativo, não houve proposta de nenhuma das 13 seguradoras e corretoras contatadas.

**Diretoria Executiva**

**Antonio Dirceu Guimarães Machado**  
Diretor-Presidente e Diretor de Engenharia e Operação - CPF: 271.620.956-15;  
**Joicymar Oliveira Lopes Vieira**  
Diretora Administrativa-Financeira - CPF: 011.812.496-00  
**Responsável Técnico pelas Demonstrações Financeiras**  
**Diana Oliveira da Cunha** - Contadora - CRC: RJ 115.893/O-4

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Opinião:** Examinamos as DFs. da Lago Azul Transmissão S.A. ("LAZ" ou "Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/21 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as DFs. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lago Azul Transmissão S.A. em 31/12/21, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs.". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Base de presunção dos impostos sobre a receita:** Chamamos atenção a nota explicativa nº 14 as DFs., que apresenta que, conforme facultado pela legislação tributária, a Cia. optou pela tributação no lucro presumido. Sendo assim, o IR e da C.S., calculados por meio da aplicação do percentual sobre o faturamento líquido efetivamente recebido ajustado pelo fator de presunção de 8% e 12%, respectivamente para IR e C.S. somados com as receitas financeiras. Os percentuais de presunção estão em consonância com o disposto no item 44 da Nota Técnica nº75/SRE/ANEEL e acompanham os critérios adotados por inúmeras empresas do ramo de transmissão. Porém, há discussão quanto a aplicação dessa prática, pois de acordo com a Lei 9.249/1995, Art. 15, para prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, a alíquota de presunção seria de 32% para o cômputo dos referidos impostos. A Cia. recebeu no dia 03/05/21, Termo de Intimação Fiscal, nº 0120100.2021.00107 emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, para prestar esclarecimentos sobre a utilização dos percentuais de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL, nos exercícios de 2017 e 2018. No dia 10/08/21, recebeu outro Termo de Ciência e Intimação Fiscal, solicitando esclarecimentos também sobre o exercício de 2019. A Cia. entrou com recurso, datado de 02/09/21, solicitando que seja assegurado o direito de a Lago Azul aplicar os percentuais de presunção de 8% e 12% sobre as suas receitas decorrentes de contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para fins de determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, respectivamente. O recurso encontra-se ainda em análise pela RFB, sendo que o último Termo de Ciência da Continuidade do Procedimento Fiscal é de 20/09/21. Em 07/12/21 foi emitido novo Termo de Intimação requerendo informação da Lago Azul sobre eventuais processos judicializados. Em 14/12/21 a empresa informou que não havia até o momento qualquer processo judicial sobre o tema, desta forma em 06/01/22 foi emitido novo Termo de Ciência de Continuidade de Processo Fiscal. A diferença de alíquota no cálculo dos impostos não se encontra provisionada nas referidas DFs.. Nossa opinião sobre as DFs. não contém modificações relacionada a esse assunto. **Outros Assuntos: Cobertura de seguros:** Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Cia., a Administração está com dificuldades em negociar o seguro de risco operacional por falta de interesse de seguradoras em apresentar propostas, dado o pequeno volume a ser segurado, proporcional ao tamanho do ativo. Quanto a cobertura de seguros de responsabilidade civil, de diretores e administradores, a Cia. não possui políticas próprias para contratação. **Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/21, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs. da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as DFs. e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às DFs. tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas DFs.:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs. livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs., a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs., a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs.. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs.:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs., tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs.. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs., inclusive as divulgações e se as DFs. representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Blumenau (SC), 27/01/22. Berkan Auditores Independentes S.S. - CRC SC-009075/O-7; Bradlei Ricardo Moretti - Contador CRC SC-023618/O-6

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Lago Azul Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das DFs. e do Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social findo em 31/12/21, e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Berkan Auditores Independentes S.S., concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinaram favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. RJ, 23/03/22. Ednilson Alves da Silva; Cleiton Silva Ferreira; Fernando Barreto Rezende de Oliveira.

Id: 2387224

**Todo mundo tá mais digital.**

**O DETRAN.RJ também.**

Você não precisa ir ao Detran.RJ para pegar os documentos do carro. É só baixar o app Carteira Digital de Trânsito.

- Preencha o cadastro.
- Acesse os seus documentos anuais (CRV e CRLV).
- Você pode compartilhar com até 5 pessoas que usam o mesmo carro.
- Se preferir, imprima em casa.

Saiba mais: [detran.rj.gov.br/licenciamentodigital](https://detran.rj.gov.br/licenciamentodigital)

**Fique em segurança. Evite aglomerações.**



**GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO**  
SEM TEMPO A PERDER